

AS CARTAS AGRICOLAS DOS FINAIS DO SÉCULO XIX

A iniciativa do levantamento das «Cartas Agrícolas» concretizou-se numa proposta de 11 de Janeiro de 1882 ao Conselho de Agricultura de Beja, feita por PEDRO VICTOR DA COSTA SEQUEIRA, que era seu presidente, ao mesmo tempo Governador Civil. Pretendia-se fazer o levantamento do distrito, trabalhando por concelhos; começou-se naturalmente pela cidade. Foi encarregado do trabalho o então capitão GERARDO A. PERY, cedido pelo Ministério das Obras públicas, Comércio e Indústria. Esta

escolha e a cedência de funcionário tão capacitado foram decisivos para o êxito do empreendimento. Em Maio do ano seguinte já eram apresentadas ao Conselho a Carta Agrícola, a Carta Agrícola-Mineral e a Memória Estatística (53 p. de formato grande), do concelho de Beja, tudo publicado no mesmo ano.

As Cartas Agrícolas e as memórias tiveram mérito notabilíssimo, pois reuniram e quantificaram elementos numerosos e de grande valor; atente-se apenas que, mesmo nos países desenvolvidos da Europa, não existem cartas deste tipo publicadas, que cubram parte importante do país, mas apenas áreas especializadas.

A Carta Agrícola foi oficializada e alargada a todo o país por decreto de 18.11.1886; foi criada para o efeito uma direcção de serviços, no âmbito da Direcção Geral de Agricultura (Ministério das Obras Públicas, etc.). Por decreto de 16 do mês seguinte, GERARDO PERY foi nomeado director e inspector destes serviços, «atendendo à reconhecida competência e distintos merecimentos». Nesta data já estavam levantados 323 629 hectares, concluídas as cartas agrícolas e agrícola-minerais dos concelhos de Beja, Cuba, Alvito, Vidigueira, Ferreira e Aljustrel, e começado o concelho de Moura, tendo já sido publicadas as estatísticas agrícolas dos quatro primeiros concelhos. Nos quatro anos seguintes levantou-se uma média de cerca de 300 000 hectares por ano na escala 1:50 000 e um total de cerca de 40 000 ha nas escalas de 1:25 000 e 1:20 000, no Minho, no Douro e na Ilha da Madeira.

A figura 1 assinala as folhas publicadas na escala 1:50 000, bem como a quadrícula então usada, infelizmente diferente das usadas nas cartas posteriores; indicam-se também os limites dos concelhos. Como se vê, estão publicadas nesta parte do país 46 folhas, que preenchem praticamente a área compreendida entre um paralelo ao norte, que passa por Lisboa e um pouco ao norte de Évora, e outro ao sul que passa pouco abaixo de Alcoutim e de Odesseixe; além do último limite estão publicadas as folhas 213 Tavira e 214 V. R. Santo António. Faltam, porém, as folhas 157 e 158 (Península de Setúbal), 162 (ao poente de Évora), 195 (Odemira), 197 (Castro Verde), 199 (Mértola) e 203 (entre Almodovar e Santa Clara). As folhas estão publicadas numa boa impressão a cores, que permite distinguir as várias culturas, mas as folhas 198, 213 e 214 foram publicadas a preto e branco, o que dificulta muito a leitura, mas permite estudo, embora laborioso.

Quase todas estas cartas foram levantadas até 1890 e publicadas alguns anos depois ⁽¹⁾; de algumas delas não se conhece a data de levantamento. Na obra referida, descrevem-se ainda as peripécias que tornaram os serviços inoperantes a partir da sua supressão (para melhor organização...) a seguir à proclamação da República em 1911. Não se esqueça também a influência que tinha sido decisiva da competência e dedicação de pessoas que entretanto tinham desaparecido.

(1) Ver VICTOR HUGO DE LEMOS — Trabalhos de topografia e de fotogrametria da Divisão de Agricultura. Bol. do Ministério da Agricultura, ano XI, n.º 7-9, 1929.

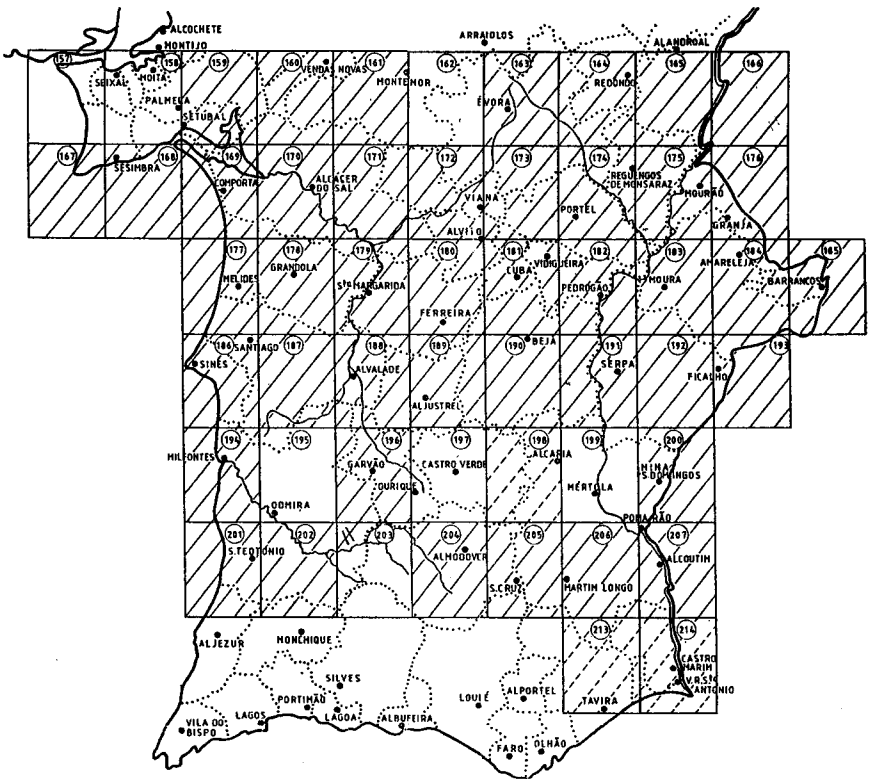


Fig. 1 — Localização das folhas da Carta Agrícola ao 1:50 000. Assinalam-se com tracejado contínuo as folhas publicadas a cores e com tracejado interrompido as três publicadas a preto; as folhas não publicadas deixam-se em branco (não tracejadas). O ponteadado indica os limites dos concelhos.

A maior parte das cartas publicadas nas escalas de 1:25 000 e 1:20 000 são na região do vinho do Porto (doze segundo V. H. LEMOS), quatro na região de Montemor-o-Velho — Coimbra. Os levantamentos são dos anos de 1890 até 1909.

As folhas 198, 200, 202, 204, 207, 213 e 214 existem impressas na Divisão de Cartografia e Cálculo, mas não parece que tenham sido distribuídas, pois V. H. LEMOS (ob. cit.) não as refere e não as encontramos em qualquer biblioteca ou entidade, e consultámos as principais.

Existem ainda, nos arquivos da Direcção de Cartografia e Cálculo (Ministério da Agricultura), minutas na escala 1:25 000, a cores, umas melhor conservadas que outras, que cobrem praticamente todo o país; na pesquisa feita, só não as encontramos para parte da Serra da Estrela. Existem também muitas folhas já organizadas para publicar a cores.

Importaria muito publicar todo este material, pouco acessível para estudo e que corre risco de se perder ou deteriorar, por haver apenas os originais.

As cartas apresentam, numa boa impressão a cores, as diferentes utilizações do solo. A primeira publicada é, como se disse, a do concelho de Beja (1883); a legenda tem 11 convenções (7 cores com sobrecargas): culturas arvenses (ou lavradas), vinhas, olivais, montados de azinho, de sobre e consociações, pinhais, hortas e pomares, pousios e pastagens, charneca e terreno improdutivo (edifícios, vertentes, ribeiras, etc.). Esta carta, reduzida ao 100 000, está incluída na Memória Estatística, bem como as três seguintes (Cuba, Alvito e Vidigueira), na escala 1:50 000.

Abandonam-se depois os limites concelhios e passa-se para quadrícula; estas folhas não têm legenda e interpretam-se com ajuda duma folha especial, só de convenções, sem data, mas certamente à volta de 1887 a 1890. A falta de legenda em cada folha constitui uma dificuldade. Esta folha de convenções, destinada a todo o país, é mais complexa; distinguem-se 31 «culturas», naturalmente muito menos cores, com sobrecargas de letras (como *o* por olival, *z* por azinho), muito úteis para indicar consociações. Esta legenda, embora um pouco mais desenvolvida, segue as «instruções» para a Carta Agrícola, constantes da portaria regulamentar de 18.1.1887.

Executaram-se ainda memórias estatísticas por concelhos, com base nos levantamentos de campo, que começaram logo com Beja (1883) e foram regulamentadas pelas instruções de 1887. Estas memórias não são breves apanhados de números e factos, mas memórias extensas e ambiciosas, que tratam alguns assuntos com profundidade, como consequência da cultura e do espírito científico de G. PERY, que lançou o modelo desde o princípio (a memória de Beja tem 53 p. de formato grande e a de Ferreira 62 p. ainda maiores).

A parte propriamente agrícola é a mais importante e desenvolvida. As manchas das diferentes utilizações do solo da Carta Agrícola são medidas, o que permite apresentar quadros das «culturas», não só por freguesias, adicionadas para formar o concelho, mas até por propriedades (grandes e médias, as pequenas agrupadas). A Carta Agrícola não destrinça, dentro das arvenses, as várias culturas, como trigo, cevada, etc., nem assinala as searas debaixo de coberto de montado ou de olival. Estes elementos são facultados pelas memórias, além de muitos outros. Temos conhecimento de memórias deste tipo relativas a 11 concelhos de então, 13 pela divisão actual (Beja, Cuba, Alvito, Vidigueira, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Moura, Barrancos, Santiago que inclui Sines, Portel e Évora que inclui Viana) e ainda quadros de apuramentos de áreas de utilização do solo para 4 outros concelhos (Mourão, Grândola, Alcácer do Sal e Barreiro).

MARIANO FEIO
MARIA JOSÉ ROXO